

PAUTA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deliberará sobre as seguintes matérias, na reunião do dia 08/04/2025, às 10h, na sala de reuniões das Comissões:

1 – PL 71/2025

Autor: Deputado Carlos Humberto (PL)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

O projeto institui a política estadual de internação e tratamento humanizado de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Dentre os abrangidos no programa, estão: dependentes químicos crônicos, com comprometimento da capacidade intelectual; aqueles com quadro clínico físico e mental representando riscos a si próprios ou terceiros; estado de alienação e confusão mental, evidenciando incapacidade de tomar decisões de forma racional.

Já as ações previstas no plano abrangem a internação daqueles em situação de rua ou estado de vulnerabilidade decorrente de uso de drogas, que poderá ser feita com ou sem o consentimento do paciente, mas com a observância das cautelas e garantias previstas na Lei n. 11.343/2006 (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre as Drogas).

Outra medida prevista no programa é a formação de banco de dados que identificará os indivíduos, sua capacidade mental e física, localidades habitualmente frequentadas, além de outras informações necessárias ao controle, à fiscalização e à integração de ações entre o estado e os municípios.

2 – PL 437/2023

Autor: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

A proposta trata da criação de programa de combate ao *bullying* nas escolas públicas e privadas no estado.

A prática é caracterizada por intimidação sistemática, ataques físicos, insultos pessoais, comentários e apelidos pejorativos, isolamento social consciente e premeditado, zombarias.

O programa cria um canal digital apropriado para o recebimento da denúncia, com a garantia de sigilo da identidade do denunciante e da vítima, assim como estabelece a adoção de procedimentos focados na proteção da vítima.

3 - PL n. 174/2024

Autor: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

Relator: Deputado Alex Brasil (PL)

A proposta regulamenta a posse e nomeação de candidato aprovado em concurso público condenado pela prática de crime de violência doméstica.

De acordo com o regulamento, o exercício do cargo público fica condicionado à declaração de compatibilidade por autoridade competente e à decisão judicial acerca da compatibilidade entre os horários do trabalho e do cumprimento das penas impostas pela prática delituosa.

4 - PL 76/2024

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Alex Brasil (PL)

A proposta de mudança na Lei n. 6.745/1985, Estatuto dos Servidores Públicos Estaduais.

O novo regramento objetiva garantir à servidora pública estadual que for vítima de violência doméstica o direito à remoção para outra localidade, independentemente do interesse da Administração Pública.

5 - PEC 09/2024

Autor: Deputado Ivan Naatz (PL)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

O projeto autoriza a Assembleia Legislativa a promover concurso público para a seleção de nova letra e música para o hino do estado de Santa Catarina.

6 - PL 359/2024

Autor: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

O projeto institui o programa de inteligência artificial nas escolas públicas e privadas no estado e obriga que seja integrado aos planos pedagógicos, com atividades teóricas e práticas que estimulem a reflexão e o debate sobre o tema.

Determina, ainda, que sejam incluídas orientações sobre o uso ético do tema, com advertência especial sobre o plágio e disseminação de desinformação.

7 – PL 08/2025

Autor: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

A proposta concede 5% de desconto no pagamento do Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) aos condutores cadastrados no registro positivo de condutores (RNPC).

Serão incluídos nessa lista os motoristas que não tiverem cometido infração de trânsito sujeita à pontuação, nos últimos 12 meses.

8 – PL 261/2024

Autor: Deputado Jessé Lopes (PL)

Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

O projeto de lei institui, no âmbito do estado, o cadastro de autorizações de estacionamento em vagas especiais destinadas à pessoa com deficiência.

A criação do banco de dados das autorizações competirá ao Estado, que poderá ser acessado pelos órgãos de trânsito e setores municipais responsáveis pela fiscalização do uso das vagas especiais.

As autorizações de estacionamento terão prazo de validade de até 5 (cinco) anos, podendo ser renovada mediante avaliação médica.

9 – PL 34/2025

Autor: Deputado Padre Pedro (PT)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

A proposta institui a política estadual de créditos de carbono com a finalidade de reduzir e compensar emissões de gases de efeito estufa.

O projeto prevê a emissão de certificado de créditos de carbono, a ser emitido por autoridade ambiental do estado, que corresponderá à efetiva redução ou remoção de gases de efeito estufa (GEE) no estado.

10 – PL 28/2025

Autor: Deputado Sérgio Guimarães (UNIÃO BRASIL)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

A proposta cria a política pública de apoio aos pacientes portadores da doença de Parkinson no estado, com o objetivo de garantir o acesso aos medicamentos e terapias adequadas.

Dentre as medidas previstas, estão a criação de centros de referência no tratamento da doença, distribuição gratuita de remédios, oferta de fisioterapia, fonoaudiologia e outras terapias complementares.

O projeto garante ainda isenção nas tarifas de transporte público estadual, prioridade no atendimento nos serviços públicos e acesso facilitado a benefícios sociais.

11 – PL n. 64/2025

Autor: Deputado Altair Silva (PP)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

O projeto determina que a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) somente poderá admitir o cadastro e a transferência de bovinos em nome do comprador após a apresentação do comprovante do pagamento integral dos animais.

A proposta objetiva proporcionar segurança jurídica, evitando situações de inadimplência, fraudes ou disputas patrimoniais.

12 – PL n.52/2024

Autor: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

De acordo com a proposta, a quilometragem do veículo deverá ser incluída no Certificado de Registro Veicular (CRV), a cada transferência de propriedade do automóvel.

O objetivo do projeto é conferir maior transparência e segurança na compra e venda de automóveis, no estado, e coibir adulterações da quilometragem.

13 – PL 326/2024

Autor: Deputado Marcius Machado (PL)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

A proposta institui a política de saúde mental e de prevenção à depressão e ao suicídio voltado aos pais e responsáveis de/por pessoas com deficiência.

O programa oferecerá atendimento contínuo gratuito aos serviços de psicologia em horário flexível e com atendimentos *on line*.

O suporte psicológico abrange a conscientização sobre a importância do autocuidado e da saúde mental, com orientações e estratégias para lidar com o estresse e os desafios diários enfrentados no cuidado das pessoas com deficiência.

14 – PL 50/2025

Autor: Deputado Padre Pedro (PT)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

O projeto autoriza o governador a isentar os municípios que tiverem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior a 0,7 de efetuarem a contrapartida financeira nos convênios celebrados com o estado.

O IDH do local é medido considerando-se três aspectos: educação, renda e longevidade, e varia de 0 a 1.

A medida tem por finalidade permitir que o orçamento do município com IDH inferior a 0.7 seja destinado às áreas da saúde, da educação e da infraestrutura.

15 – PL 73/2025

Autor: Deputado Oscar Gutz (PL)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

A proposta obriga que a indústria de produtos lácteos no estado informe, de modo destacado nas embalagens, a origem do leite usado, quando este for importado.

A medida busca assegurar informação clara aos consumidores, facilitando que os catarinenses prestigiem os produtores brasileiros de leite.

16 – MSV 81/2023

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

A mensagem do Chefe do Poder Executivo proibiu o projeto de lei n. 201/2019 aprovado pelo Parlamento Catarinense.

A proposta de lei vetada torna obrigatório, nas delegacias de polícia, o documento denominado “Termo de Compromisso”, a ser feito após a lavratura do boletim de ocorrência.

Além disso, o projeto aprovado caracteriza como infração disciplinar, pelo servidor, a não confecção desse documento.

17 – PL 332/2024

Autor: Deputado Camilo Martins (PODEMOS)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

O projeto isenta do pagamento do Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) os automóveis de propriedade de pessoas com deficiência física, visual, mental, intelectual ou com Transtorno do Espectro de Autista (TEA).

18 – PL 392/2024

Autor: Deputado Padre Pedro (PT)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

A proposição veda o uso, a comercialização e a importação de preparados de mel no estado.

Serão considerados como preparados de mel quaisquer produtos que utilizem mel em sua denominação ou rótulo sem que contenham percentual significativo de mel em

sua composição, sendo predominantemente composto de calda de açúcar ou substâncias artificiais.

19 – PL 41/2025

Autor: Deputado Maurício Peixer (PL)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

A medida proíbe a apresentação musical em eventos públicos contendo repertório que faça apologia ao crime, à violência e ao uso de drogas ilícitas no estado.

De acordo com o autor, “o projeto não tem a intenção de cercear a liberdade artística, mas de estabelecer um limite para a disseminação de conteúdos que possam ser prejudiciais à integridade social e individual, buscando um equilíbrio entre a liberdade de expressão e a responsabilidade social dos organizadores de eventos culturais”.

20 – PL 52/2025

Autor: Deputado Marcos da Rosa (UNIÃO BRASIL)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

O projeto cria a política estadual de auxílio financeiro para cuidadores familiares responsáveis pelos cuidados contínuos de idosos em situação de dependência funcional ou vulnerabilidade.

O valor do benefício será de até um salário-mínimo, a ser pago pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, e ficará a encargo do Poder Público.

Ana Cláudia Torret Rocha

Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-2576

Michelle Dias

Jornalista Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-3112